
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE MORENO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DE MORENO
RESOLUÇÃO Nº 001/2020

Ementa: Implementa o Código de Ética do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município do Moreno e dá outras providências.

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município do Moreno, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso V do Art. 61 da Lei Complementar nº 558/2017, resolve:

Art. 1. Instituir o Código de Ética do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município do Moreno, integrante do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Criar a Comissão de Ética para acompanhar o cumprimento desta Resolução.

Art. 3º O descumprimento dos preceitos estabelecidos neste Código acarretará, sem prejuízo de outras sanções cíveis, penais e administrativas, à:

I – Advertência, através de Comunicação Interna. II – Suspensão;
– Rescisão do contrato;
– Devolução ao órgão de origem, quando cedido; V – Substituição, quando funcionário terceirizado; VI - Exoneração
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Adriana Cristina Medeiros Alves de Araújo
Diretora Presidente

ANEXO**CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO**
PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MORENO**Seção I – Dos princípios fundamentais**

Art. 1º São considerados Princípios Fundamentais de Ética:

I – Os preceitos constantes na Carta Magna e demais legislação infraconstitucional; II – Os costumes e normas da sociedade;
III – O respeito, atenção, idoneidade e responsabilidade necessários à gestão pública; Seção II – Dos deveres

Art. 2º São deveres do servidor público do MorenoPrev:

– Dedicar-se com afinco às atividades de competência;
– O cuidado e responsabilidade no manuseio das informações referentes aos servidores e processos tramitando no MorenoPrev, conforme Política de Segurança vigente;
– Obedecer à hierarquia;
– A busca pela eficácia e eficiência;
– Zelo pelo material de expediente, mobiliário e instalação física;
– A transparência perante os demais órgãos da administração pública, segurados e contribuintes;
– O tratamento cordial e respeitoso aos segurados que são atendidos;
VIII – Comparecer ao trabalho em trajés adequados;

Seção III – Das vedações

Art. 3º É expressamente vedado:

– Privilegiar, prejudicar, ou tratar de quaisquer formas desiguais processos em tramitação por motivos pessoais ou benefícios oferecidos;

- A omissão, alteração ou manipulação de documentos para prejudicar ou favorecer a si ou terceiros;
- A depredação das instalações físicas e do mobiliário; IV – O desperdício do material de limpeza e de expediente;
- Tirar do Instituto os materiais de expediente e limpeza para uso pessoal ou de terceiros;
- Injustificavelmente se atrasar ou não informar, com antecedência, o motivo da ausência ao trabalho;
- Aceitar qualquer espécie de presente, benefício, em caráter pecuniário ou não, em troca de informações privilegiadas, favores, benefícios, que favoreçam licita ou ilicitamente a terceiros;
- Agredir, física ou verbalmente, funcionários, beneficiários ou contribuintes, no local do trabalho ou em razão dele;
- Comparecer ao trabalho sob efeito de bebida alcoólica, drogas, ou qualquer espécie de entorpecente;
- Ordenar a subordinados a execução de tarefas de cunho pessoal, não relacionados ao trabalho, para benefício próprio;
- Ordenar aos estagiários a execução de tarefas que não são compatíveis às atividades constantes no seu contrato;
- Criar ou disseminar rumores que possam prejudicar a imagem do Instituto ou da Prefeitura Municipal, sem averiguação prévia da sua veracidade;
- A omissão, negligência ou conivência de erros ocorridos e que haja ciência do prejuízo institucional, legal ou administrativo perante os demais órgãos de controle;
- Entrar em contato com a imprensa e fornecer informações sem a autorização prévia da Presidência;
- Constranger funcionários por questões relacionadas ou não ao trabalho;
- Permitir que as relações pessoais entre os funcionários prejudiquem ou deturpem o processo decisório;

Art. 4º – A Comissão de Ética é composta pelo Diretor Presidente e o Superintendente de Gestão Administrativa e Previdenciária, com escopo de analisar, verificar e tomar as medidas necessárias em face das denúncias.

Art. 5º – As denúncias poderão ser apresentadas pessoalmente, pela Ouvidoria Municipal, pelo campo “fale conosco” no site institucional ou pelo Aplicativo Prev + na aba “Fale com o gestor”, não sendo vedado o anonimato.

Art. 6º As denúncias deverão ser analisadas pela Comissão de Ética em um prazo de 15 dias.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:

Milena Araújo

Código Identificador:6745D1F5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 02/04/2020. Edição 2554

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>